

O PROTAGONISMO NEGRO NA POESIA E NA CULTURA AFRO- BRASILEIRA ✓

63

Patrícia de Paula ANICETO¹
Nícea Helena de Almeida NOGUEIRA²

✓ Artigo recebido em 14/09/2019 e aprovado em 29/10/2019.

¹ Doutoranda em Letras: Estudos Literários pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), bolsista PBPB da UFJF. Mestre em Letras: Literatura Brasileira pelo Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora (CES/JF). Graduada em Letras: Português/Inglês pelo (CES/JF). E-mail: <patricianiceto@yahoo.com.br>.

² Professora adjunta da Faculdade de Letras, da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) na Graduação e Pós-graduação em Letras: Estudos Literários. Doutora e Mestre em Letras: Teoria da Literatura pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), campus de São José do Rio Preto em São Paulo. E-mail: <nicea.nogueira@ufjf.edu.br>.

**O PROTAGONISMO NEGRO NA POESIA E
NA CULTURA AFRO-BRASILEIRA****RESUMO**

Essa análise busca concentrar-se nas inquietações que problematizam as noções de racismo e epistemicídio a partir da estetização étnica do corpo feminino negro, na cultura afro-brasileira e na poesia de Conceição Evaristo e de Elisa Lucinda. Pretende-se investigar a relação desequilibrada e desigual de poder na construção e na dimensão da diferença entre etnia, bem como as significações hierarquizadas que legitimam o racismo insidioso. É no corpo que ocorrem as representações da diferença que estão intimamente ligadas ao poder ou a seus efeitos. E é nesse contexto de poder que o racismo configura numa forma de dominação e de opressão. Concluímos, por meio desse percurso reflexivo, que o sujeito lírico é combativo às formas de opressão e que o seu corpo, ao escapar do terreno do corpo dócil, oferece resistência ao poder que regula e se manifesta nos níveis mais profundos das instituições democráticas. Têm-se como ponto de partida e suporte teórico os textos de Michel Foucault, Stuart Hall, Raymond Williams e Silviano Santiago. Para tanto, recorrer-se-á a outros autores sem, no entanto, esgotar todas as possibilidades de leitura.

Palavras-chave: Poesia. Autoria feminina. Racismo. Cultura.

**BLACK PROTAGONISM IN AFRICAN
BRAZILIAN POETRY AND CULTURE****ABSTRACT**

This analysis aims at focusing on misplacing the notions of racism and epistemicide from ethnic aesthetics of black female body, in african brazilian culture and in Conceição Evaristo's and Elisa Lucinda poetry. We intend to investigate the unbalanced and non-equal power in construction and dimension of difference between races as well as hierarchic meanings that legitimate insidious racism. It is in the body that occurs the representation of difference intimately linked to power and its effects. It is in this context of power, racism becomes a form of superiority and oppression. We conclude in this research that the speaker fights against oppressive forces and its body, out of the idea of docile body, offers resistance to power which regulates and expresses itself in the lowest levels of democratic institutions. As a starting point and theoretical support we refer to texts of Michel Foucault, Stuart Hall, Raymond Williams and Silviano Santiago. For this aim we use other authors without running out the possibilities of reading the analyzed poems.

Keywords: Poetry. Female Authorship. Racism. Culture.

1 INTRODUÇÃO

A presença do escritor negro no cenário da Literatura Brasileira, ainda hoje, marca a sua etnia. Adotando uma posição de resistência, de denúncia e de luta, flagrantemente, essas produções revelam as discriminações, a falta de representatividade e a dificuldade de conquistar seu lugar na sociedade com dignidade e respeito. Apesar da polêmica sobre a qualidade dessa produção literária, os enunciadores negros tencionam, através da palavra, a superação da exclusão social que os aprisiona às funções marginais e os silencia nesse embate entre a desigualdade discriminatória e a integração social.

Aqui propomos analisar o negro na cultura afro-brasileira, bem como o processo de reificação desse sujeito que resulta na sua desaparecimento nas margens da sociedade.

Partindo da subjetividade do discurso étnico-racial, buscamos promover a fundamentação dessa análise a partir do *corpus* constituído pelas poesias das escritoras afro-brasileiras Conceição Evaristo e Elisa Lucinda, bem como investigar o embate com a cultura que ainda é regulada pela sociedade brasileira e, substancialmente, filtrada pelo racismo.

Como sabemos, desde o racismo científico de Arthur Gobineau, o mulato é visto como o mulo, “animal híbrido e infértil derivado do cruzamento do jumento com a égua ou do cavalo com a jumenta” (CARONE, 2014, p. 14). Sobre as expressões pejorativas aplicadas aos negros, tais como escravo e animal, Silvano Santiago (2019) pontua que elas “configuram muito mais um ponto de vista dominador do que propriamente um desejo de conhecer” (SANTIAGO, 2019, p. 12). Isto posto, ao considerarmos as relações étnico-raciais, o sujeito de origem negra ao ser coisificado, discriminado e animalizado foi despersonalizado e percebido, genética e culturalmente, numa condição inferior ao sujeito branco. Como podemos constatar, o *status* e o valor social do negro sempre estiveram em desvantagem em relação ao branco. Por conseguinte, Santiago (2019) orienta que “é necessário inverter os valores que definem os grupos em oposição e, talvez, questionar o próprio conceito de superioridade” (SANTIAGO, 2019, p. 10). Nesse sentido, os estudos sobre a

presença e atuação do negro como escritor, na Literatura Brasileira, comprovam a emergência e o fortalecimento da atuação dos afrodescendentes no cenário cultural cuja temática privilegia a discriminação racial, o gênero e a classe social, bem como as vicissitudes do cotidiano.

Não obstante, o que percebemos é que, ainda hoje, grande parte da sociedade brasileira ainda está comprometida com esse discurso degradante proferido aos negros, ainda que seja velado ou construído através do racismo recreativo. Não nos surpreendemos que a importância dada à aparência física seja o efeito da não superação da discriminação em nossa sociedade, ainda contaminada pelos padrões rígidos difundidos pelo racismo que, de certa forma, não é facilmente justificado pela ciência, pela moral e pela teoria. Pelo contrário, ele é fruto de uma construção e de um engendramento disseminados e arraigados no bojo cultural.

Muito mais do que descolonizarmos o conhecimento, ainda se faz necessário desconstruirmos esse pensamento de que o negro, sendo estéril, não produz conhecimento. Desse modo, torna-se necessário considerarmos a interferência da ideologia escravista e patriarcal que orienta a estética da mulher negra, bem como vislumbra e potencializa a apropriação do discurso de silenciamento e de desaparecimento dessa mulher, no espaço social e cultural, cujos corpos periféricos sofrem demasiadamente o efeito do poder, como veremos adiante.

2 A CULTURA E O PODER

Os Estudos Culturais emergem como um campo de investigação e têm como vertente o pensamento dos intelectuais na Inglaterra, na década de 1960. Tiveram como pioneiros a tríade formada por Richard Hoggart, Raymond Williams e Edward Thompson. O debate desses intelectuais tinha enfoque na cultura e nos grupos sociais. Conseqüentemente, eles defendiam a ideia de que, independentemente da classe social, qualquer sujeito poderia produzir cultura. Seguindo essa lógica, os Estudos Culturais têm como objeto de investigação a cultura, numa acepção marxista, em virtude do contexto político e econômico do momento. Nessa acepção, a discussão sobre as questões culturais constitui uma forma de luta e de militância por parte desses sujeitos.

Ligados à Nova Esquerda, esses intelectuais estabeleceram uma relação conflituosa com os marxistas ortodoxos. Entretanto, antes de prosseguirmos em nossa análise, não podemos nos esquecer de que o filósofo Marx não era culturalista, e sim materialista. Por conseguinte, tendo em vista essa observação, ainda que a cultura perpassasse pelo viés do pensamento marxista, ela é percebida de maneira subordinada em relação ao poder e ao controle exercido pela classe dominante. Com isso, só poderia haver subversão em relação aos mecanismos de opressão se, de fato, houvesse revolução.

Em contraposição ao marxismo clássico, os Estudos Culturais promoveram uma virada cultural, ou seja, uma revolução cultural, como caracteriza Stuart Hall (1997). Na direção ao exposto, Demetrio (2010) elucida:

Nesse sentido, questionando o marxismo ortodoxo, os primeiros intelectuais dos estudos culturais iram se posicionar fundando uma relação constante e conflituosa com o marxismo. No entanto, essa relação foi fundamental para a transformação do conceito de cultura. Seja no sentido em que Raymond Williams operou, contribuindo para uma teoria materialista da cultura, o materialismo cultural, seja no sentido de Edward Thompson, para quem a ênfase na agência humana era determinante, a partir das experiências de homens e mulheres. O objetivo central desses intelectuais – reconhecidos como a nova esquerda britânica – era analisar o pensamento teórico marxista, tentando rever a questão do economicismo, de forma a incluir neste pensamento a preocupação com a questão da cultura (DEMETRIO, 2010, p. 3).

Retomando a questão da virada cultural, a partir dos questionamentos feitos ao marxismo através dos Estudos Culturais, a cultura passou, então, a ser percebida como elemento mediador, constitutivo e determinante na sociedade. Notoriamente, ela deixa de ser monolítica para adquirir um caráter híbrido.

Tomando por base essas premissas, Hall (1997) apresenta e antecipa a percepção flexível da Modernidade, em oposição ao projeto Iluminista, mostrando o quanto ela é líquida e capaz de fluir no curso do novo milênio:

Por bem ou por mal, a cultura é agora um dos elementos mais dinâmicos — e mais imprevisíveis — da mudança histórica no novo milênio. Não deve nos surpreender, então, que as lutas pelo poder sejam, crescentemente, simbólicas e discursivas, ao invés de tomar, simplesmente, uma forma física e compulsiva, e que as próprias políticas assumam progressivamente a feição de uma 'política cultural' (HALL, 1997, p. 4, grifo do autor).

Partindo da noção de que a cultura é híbrida, a potência do pensamento de Stuart Hall (2018) pode ser percebida no título da seção, Que negro é esse na cultura negra?, que está inserida no capítulo Cultura popular e identidade, na obra **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Mediante algumas noções percebidas nesse texto, posicionamo-nos de forma a relacionar a representação do negro, em nosso objeto de pesquisa, em tempos de globalização cultural que, segundo Hall, está em processo.

Em face disso, é importante compreendermos o papel da representatividade do negro levando em consideração a mobilidade da cultura e o pensamento social e cultural na pós-modernidade. Evidentemente, a diferença substancial dos Estudos Culturais está na recusa em preocupar-se apenas com a alta cultura, sem levar em consideração as modificações percebidas pela média e baixa cultura. Entretanto, é Raymond Williams (2015) que nos diz que “a cultura é algo comum, em todas as sociedades e em todos os modos de pensar” (WILLIAMS, 2015, p. 6). Não é surpresa, portanto, que os Estudos Culturais tenham substituído as lutas de classe do marxismo, ao ressignificar esse conflito através das lutas culturais. Nesse panorama, a cultura é, fundamentalmente, percebida como um espaço de conflito ao redor das questões sociais do nosso tempo.

Na perspectiva de Williams, a cultura apresenta-se como um elemento ativo e inclusivo. Através desse viés, torna-se inseparável da organização e da vida social. Nesse sentido, Williams propõe a desconstrução das estruturas hierárquicas que preservam a cultura apenas para uma minoria.

Ademais, é importante que salientemos o interesse de Williams na democratização da eleição dos valores culturais. Tal premissa torna mais evidente o efeito do poder também nas esferas culturais. Afinal, o poder “sempre se exerce em determinada direção, com uns de um lado e outros do outro; não se sabe ao certo quem o detém; mas se sabe quem não o possui” (FOUCAULT, 2015, p. 138).

Em oposição ao pensamento de Williams, a formação do discurso da cultura da minoria propõe a formação de uma elite conservadora responsável pela alta cultura e, conseqüentemente, pelas instituições culturais. Todavia, Williams defende o pensamento de que todos são “produtores de cultura, não apenas consumidores de uma versão escolhida por uma minoria” (WILLIAMS apud CEVASCO, 2008, p.

54). Levando em conta essa consideração, o que se percebe é que, no debate cultural, o materialismo cultural privilegia não apenas a reprodução, mas também a produção desses valores construídos por todos sem, contudo, privilegiar e apostar na produção cultural singular de uma minoria.

Não por acaso, o discurso seminal dos fundadores Williams, Hoggart e Thompson vincula-se às lutas sociais, às produções elitistas centradas na alta cultura e à revisão da cultura que deve ser comum e incluir os sujeitos ignorados e/ou excluídos pelas estruturas da diferença, tais como a classe, a etnia e o gênero que, de certa forma, modulam o poder.

Além de tangenciar os processos culturais, essas questões perpassam a prática dos Estudos Culturais, uma vez que ele é um projeto político ligado às questões sociais e à diferença na experiência cultural. De fato, os Estudos Culturais salientam o embate entre a preservação da alta literatura e a fruição da literatura não canônica, na esfera cultural. É perfeitamente possível percebermos que essas obras produzidas em “oposição ao cânone não somente assinalam como apagam as fronteiras totalizadoras – tanto reais quanto imaginárias” (TORRES, 1996, p. 183). Tendo em vista essa possibilidade diante das políticas culturais, é importante também enfatizarmos que o espaço da cultura popular é misto, contraditório e híbrido (HALL, 2018, p.382). Segundo esse ponto de vista, é perante o hibridismo cultural que ocorre a desconstrução do “sonho de unidade cultural do centro” (TORRES, 1996, p. 187). Vale lembrar que, se de um lado, o centro é fechado e excludente, do outro lado, a voz da periferia, ao tentarem violar as fronteiras imaginárias controladas pela metrópole, não se surpreendem, portanto, com o fato de na relação de alteridade, o fortalecimento da noção de igualdade e de semelhança entre esses sujeitos seja, substancialmente e culturalmente, marcados pelo repúdio das diferenças.

Desse modo, essa aceitação da diferença, bem como os esforços de reinterpretção do conceito de cultura permitem problematizar a desestabilização do cânone, no que diz respeito à arte e às diversas formas de manifestações culturais. Nesse sentido, verificamos que a estrutura do cânone é rígida, mas com a chegada dos Estudos Culturais ocorre a possibilidade de desconstrução dessa rigidez.

Dessa forma, a contribuição dos Estudos Culturais é uma estratégia que, ao promover a desestabilidade, ameaça o poder que, por mais que seja repressivo, nem sempre consegue exercer total domínio sobre as estruturas sociais.

Com efeito, o que percebemos é uma mudança nas relações culturais capaz de rasurar as fronteiras reais e imaginárias que seccionavam a literatura e a cultura numa categoria mais elevada ou mais inferior. Nesse percurso, parece-nos claro que o hibridismo cultural é um elemento fundamental que ameaça a desconstrução da unidade cultural e, ao mesmo tempo, desestabiliza o centro. Com essa consideração, através dessa fenda, torna-se evidente que a articulação do poder “pode ser *questionável*” (BHABHA, 2011, p. 91, grifo do autor). Tendo em vista essa possibilidade de descentramento do cânone, o que notamos é uma ruptura, bem como uma tentativa de intervenção e de contestação no cenário da alta cultura. Em razão disso, não podemos esquecer de que embora haja muitas vozes que não foram ouvidas, há negros e afrodescendentes que ainda almejam desafiar a estruturas do poder a fim de integrarem o centro, na tentativa de falarem e, principalmente, de serem ouvidos.

Refutando esse pensamento, na obra **Pode o subalterno falar** (2018), Gayatri Chakravorty Spivak restringe o emprego do termo subalterno baseando-se no significado atribuído por Gramsci e que se refere diretamente ao proletariado. Sobre esse aspecto, a leitura que Spivak faz do subalterno é a do sujeito silente que não pode falar e que não pode ser ouvido. De acordo com ela, “o subalterno como um sujeito feminino não pode ser ouvido ou lido” (SPIVAK, 2018, p. 163). Ademais, Spivak (2018) pontua que “o sujeito subalterno feminino está ainda mais profundamente na obscuridade” (SPIVAK, 2018, p. 85). Desse ponto de vista, ela aponta uma tensão maior nessa problemática se a mulher for pobre e negra (SPIVAK, 2018, p. 110).

Além disso, ao repensar a figura do subalterno, Spivak não deixa de questionar o lugar de onde teoriza e, de fato, o viés da crítica da autora acaba refletindo diretamente na figura do intelectual que, para ela, corre o risco de, ao re-presentar e ao falar pelo subalterno, contribuir para a limitação do espaço efetivo do discurso desse sujeito e, conseqüentemente, silenciá-lo ainda mais. Ao apontar tal dificuldade, Spivak orienta o intelectual a criar estratégias que possibilitem o

discurso do subalterno. Para tanto, é necessário que sejam criadas estratégias para que o subalterno possa ser, de fato, ouvido.

Inevitavelmente, nesse debate, precisamos começar a repensar as relações entre a diferença e o poder, bem como questionar sobre qual negro poderia, então, representar essa boa cultura diante da crítica da política cultural.

Não nos resta dúvida de que, embora a diferença possa ser culturalmente valiosa, as políticas culturais podem efetivamente exercer poder e controle sobre ela e promover, de fato, o epistemicídio. Por sua vez, os desdobramentos desse processo de aniquilamento ameaçam o sujeito negro que, na condição de detentor de um saber subalterno, torna-se invisível nas esferas sociais. Tal atitude culmina no seu silenciamento e, conseqüentemente, na negação das suas epistemologias. De acordo com a filósofa Sueli Carneiro, “o epistemicídio é, para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, um processo persistente de produção da indigência cultural” (CARNEIRO, 2005, p. 97).

Por essa razão, Hall (2018) sugere que a invisibilidade possa ser substituída estrategicamente por uma “espécie de visibilidade cuidadosamente regulada e segregada” (HALL, 2018, p. 377). Diante dessa tensão, Silvano Santiago (2019) explica que o sistema universitário preza pela prática binária que privilegia o estudo a partir das fontes e das influências. Dessa forma, ele aponta para os perigos desse discurso apresentar a criação do escritor latino-americano como parasita, ou seja, uma produção que “se nutre de outra sem nunca lhe acrescentar algo de próprio” (SANTIAGO, 2019, p. 19). Além disso, entre as conseqüências mais notáveis, a criação literária desses sujeitos é chancelada como menor, de assimilação e de empréstimo. Nesse caso, a diferença apresenta-se como o único aspecto valor dessa obra.

Vale lembrar que, aqui, estamos considerando vozes que vêm da margem. De certo modo, num certo sentido, a diferença cultural aproxima-se do discurso minoritário devido ao seu caráter interventivo e subversivo (SANTIAGO, 2019, p. 261). Talvez devêssemos nos lembrar também que

o objetivo da diferença cultural é rearticular a soma do conhecimento a partir da perspectiva da posição de significação da minoria, que resiste à totalização – a repetição que não retornará como o mesmo, o menos-na-origem que resulta em estratégias políticas e discursivas nas quais

acrescentar não soma, mas serve para perturbar o cálculo de poder e saber, produzindo outros espaços de significação subalterna (BHABHA, 2014, p. 261).

Nas palavras de Foucault (2015), “onde há poder, ele se exerce” (FOUCAULT, 2015, p. 138). Ao ser exercido, ele pode ser repressivo e, como seu efeito, é capaz de constituir sujeitos periféricos.

Torna-se interessante mencionarmos Bell Hooks (1992) quando ela afirma que “o campo da representação permanece um espaço de luta mais evidente quando nós examinamos criticamente representações contemporâneas de pessoas negras” (HOOKS, 1992, p. 3). Hooks (1992) tem razão, mas talvez seja mais convincente considerarmos que seja, primeiramente, um lugar de luta, e também de resistência.

Nessa mesma direção, a noção da origem e os interesses da resistência são fornecidos por Stuart Hall (2018) quando ele explica que a resistência “não vem somente dos que têm muito a perder – os especuladores atuantes –, mas também dos que têm tudo a ganhar” (HALL, 2018, p. 46). Diante desse embate conflitivo que polariza os sujeitos, a resistência efetiva o encorajamento que culmina com a militância e com o engajamento social.

Retomando a noção de cultura, Raymond Williams (2015) argumenta que “é impossível discutir comunicação ou cultura em nossa sociedade sem chegar, em última instância, a uma discussão sobre poder” (WILLIAMS, 2015, p. 29). Cremos ser possível pensar nos efeitos desse poder. Afinal, por mais que as políticas públicas tenham flexibilizado alguns acessos democraticamente para os negros, a diferença e o poder, como resultado, ainda controlam e demarcam nitidamente esses espaços através do racismo insidioso que pode ser percebido, ao serem reproduzidos e denunciados, em algumas produções literárias afro-brasileiras.

Grada Kilomba (2016) nos permite ver que “o racismo [...] está sempre se adaptando ao contemporâneo” (KILOMBA, 2016, p. 12). Coadunando com esse pensamento, Heloisa Buarque de Hollanda (2005) admite que “emergem, sem aviso prévio, novos e ferozes racismos” (HOLLANDA, 2005, p. 13). Curiosamente, em 2018, ano em que se completaram 40 anos do Movimento Negro Unificado (MNU), a escritora Conceição Evaristo pleiteou uma vaga, na Academia Brasileira de Letras, cujo processo tem como regras ser brasileiro e ter um livro publicado. Vale lembrar

que as produções literárias de Conceição Evaristo tiveram início em antologias literárias. Mesmo sendo romancista, contista e poeta, bem como autora de obras publicadas no Brasil e no exterior, Evaristo não obteve sucesso no resultado da eleição. Não é à toa que em entrevista à BBC Brasil, no Rio de Janeiro, a escritora fez o seguinte apelo: “É preciso questionar as regras que me fizeram ser reconhecida apenas aos 71 anos” (EVARISTO, 2018, não paginado). Ora, diante dessa cultura silenciada, é bastante claro que o debate da invisibilidade concentra-se e estrutura-se na questão da política cultural. Contudo, sem entrarmos nos pormenores dessa discussão, retomemos o texto de Hall (2018), cuja reflexão converge para acentuar o efeito dessa diferença nas vozes da margem e

[...] também o resultado de políticas culturais da diferença, de lutas em torno da diferença, da produção de novas identidades e ao aparecimento de novos sujeitos no cenário político e cultural (HALL, 2018, p. 376).

De fato, embora haja resistência por parte desses novos sujeitos, observamos que nas relações de poder há uma exclusão intelectual advinda do processo de epistemicídio que recusa aceitar o negro, principalmente a mulher negra, como produtora de cultura. O resultado da eleição para novo integrante da Academia Brasileira de Letras gerou mobilização e provocou discussões acerca da representatividade, da (in)visibilidade da mulher negra na sociedade brasileira e do racismo institucional. Por vezes, observamos que ainda há uma regulação e uma subjugação do corpo negro, ou seja, um biopoder que requer uma submissão dócil desses corpos. Como foi proposto por Michel Foucault (2010), em se tratando da noção de epistemicídio, não é surpresa que ele constitua a hierarquia racial, isto é, que justifique o poder nas mãos dos homens brancos. Embora esse termo tenha sido utilizado também por Foucault, ressaltamos que o conceito de epistemicídio, abordado em nossa análise, aproxima-se de Boaventura Sousa Santos, pois ao considerar o epistemicídio, Sousa Santos (1995) encena o embate que envolve o negro: o genocídio. Vejamos, a esse respeito, que

[...] o genocídio que pontuou tantas vezes a expansão europeia foi também um epistemicídio: eliminaram-se povos estranhos porque tinham formas de conhecimento estranho e eliminaram-se formas de conhecimento estranho porque eram sustentadas por práticas sociais e povos estranhos. Mas o epistemicídio foi muito mais vasto que o genocídio porque ocorreu sempre

que se pretendeu subalternizar, subordinar, marginalizar, ou ilegalizar práticas e grupos sociais que podiam ameaçar a expansão capitalista ou, durante boa parte do nosso século, a expansão comunista (neste domínio tão moderno quanto a capitalista); e também porque ocorreu tanto no espaço periférico, extra-europeu e extra-norte-americano do sistema mundial, como no espaço central europeu e norte-americano, contra os trabalhadores, os índios, os negros, as mulheres e as minorias em geral (étnicas, religiosas, sexuais) (SANTOS, 1995, p. 328).

Constatamos que o epistemicídio silencia o negro na sociedade e nega o seu direito à democracia. Lembremos que o conceito de democracia racial é sistematizado na obra **Casa-grande & senzala**, de Gilberto Freyre (1996). Embora o termo não tenha sido expresso na obra, ele é proposto pelo sociólogo na tentativa de romper com o racismo científico. É importante esclarecermos que “o mito da democracia racial não nasceu em 1933, com a publicação de *Casa-grande & senzala*, mas ganhou através dessa obra, sistematização e *status* científico” (BERNARDINO, 2002, p.251, grifo do autor).

Para compreendermos melhor o racismo, é necessário acessarmos a obra **Racismo, sexismo e desigualdade** (2011), da filósofa Sueli Carneiro. Chamemos a atenção para o fato dela considerar que o racismo aprisiona o Outro aos estereótipos e ao fenotípico. Dessa forma, tais situações comprometem a individualidade do sujeito negro. Num tom que demarca precisamente seu lugar de fala, a filósofa permeia discussões sobre a representatividade e a necessidade desse sujeito de ser escutado. Desse modo, a defesa da cor não deixa de passar pelo crivo da diferença que faz com que o negro passe necessariamente também pela dor. Ou porque se tenha deixado ou permitido que, socialmente, o negro fosse visto historicamente como o detentor de uma herança da escravidão que trouxe em sua bagagem histórica o racismo científico, o racismo institucional, a desigualdade de direitos e o suposto *status* de um grupo étnico inferior.

Em sua minuciosa análise, a filósofa não deixa de levantar a questão ilusória e os entraves ideológicos da democracia racial no Brasil quando apresenta os elementos estruturantes e enraizados que promovem não apenas o racismo, mas também o sexismo e o genocídio que, de certa forma, potencializam a inação do governo no que diz respeito aos negros.

É possível percebermos que existe uma polaridade problemática de privilégios entre o branco e o negro. Visto dessa maneira, o que observamos é que, ao longo dos anos, o negro passou a contestar e a questionar o *status* de subalterno. Doravante, ele tem desafiado o discurso de mérito, de competência e de privilégio centralizado na figura do branco. Destarte, o negro tem contribuído para sua inserção e ascensão na sociedade e, de certa forma, tem abalado as estruturas que legitimam o poder e orientam as situações discriminatórias que definem e delimitam seu espaço na sociedade.

Dentre muitos problemas notáveis, a respeito da integridade da identidade do negro, Sueli Carneiro (2011) identifica a intolerância racial e a relação de alteridade, ou seja, a relação do negro com o Outro. A filósofa destaca ainda que o negro além de ser desterrado, escravizado, separado de seus ancestrais, além de ter sofrido as omissões do passado, ainda hoje, convive com a intolerância e as ofensas do Outro. Não se trata de uma descrição história que culmina numa defesa e vitimização do sujeito negro. Trata-se, ao contrário, de oferecer um relato das diferenças estabelecidas para o negro na sociedade e que culminam numa desigualdade social. Aqui, então, há uma discussão da invisibilidade do gênero e da etnia velada pelo mito da democracia racial que omite as desigualdades discriminatórias capazes de subjugar o negro como um sujeito inferior e incapaz de ocupar quaisquer posições que o projetem ou o igualem no mesmo patamar social do homem branco.

O trabalho de Sueli Carneiro (2011) revela a visão do desprestígio do *ethos* do negro, pois esse sujeito representa a figura do subalterno desajustado, cambiante, múltiplo e deslocado. Ou melhor: que não reconhece seu lugar. Dessa forma, Conceição Evaristo, através dessa possibilidade concreta de vivenciar a experiência de ocupar seu espaço no horizonte cultural, torna possível romper o silêncio, reproduzir e fazer ecoar as vozes silenciadas pela herança histórica. E ainda, testemunhar; ser porta-voz da esperança; empoderar o corpo da negrura e desafiar assumidamente a dor do preconceito, em sua produção literária.

Observamos, entretanto, na vida e na produção literária de Conceição Evaristo e de Elisa Lucinda é um enfrentamento que desmantela o mito da democracia racial. Com efeito, as referidas autoras não deixam de desvelar e de cancelar o problema da etnia e do discurso conservador então corrente, no que diz respeito às questões

contemporâneas e ao enfrentamento do negro diante da política cultural e social sustentada pelo domínio do poder.

Tendo em mente essa intervenção estratégica no discurso da mulher negra, Elisa Lucinda endossa que a mulher rompe com o silêncio, sedimenta sua voz e, a partir da subjetividade, adquire também uma consciência coletiva que visa uma tentativa de igualdade de direitos, de escolhas, de resistência e de autonomia sobre o próprio corpo, mas que também a impulsiona, através da autoestima, a sair do *status quo*. Frente à invisibilidade, Lucinda rejeita a introjeção do racismo e o estereótipo de subalterna ao recriar espaços e condições de autorrepresentação, bem como demarca seu lugar de fala a partir do *locus* social que independe da etnia ou do gênero.

Nesse processo, a ironia intervém para sublinhar a condição do sujeito lírico que não se encoberta por táticas ideológicas capazes de velarem a sua condição de marginalizada, quando, de fato, prevalece o discurso discriminatório. Eis o porquê de o sujeito lírico reiterar, em seu discurso, a preponderância do racismo ao advertir, no poema *Mulata exportação*: “Porque deixar de ser racista, meu amor, / não é comer uma mulata!” (LUCINDA, 1994, p. 181).

Como percebemos, Elisa Lucinda (1994) compreende que a luta social da mulher parte da tentativa de um resgate à dignidade da sua identidade que é marcada a partir da diferença. Em suas poesias, Elisa Lucinda fortalece e aglutina as reivindicações sociais que apelam para a dignidade desse sujeito lírico. Nesse sentido, a poesia de Elisa Lucinda não se rende ao pensamento colonial, nem representa uma descrição histórica da mulher que culmina em sua defesa e numa consequente vitimização do sujeito negro. Trata-se, ao contrário, de oferecer um relato das diferenças estabelecidas no corpo da mulher negra na sociedade e que, por fim, resultam na desigualdade social

Devemos considerar que a experiência de apagamento e desaparecimento do negro só é experimentada na relação de alteridade com o branco e com as malhas do tecido social. Superficialmente, o negro é livre. Todavia, atravessar as barreiras profissionais e culturais implica em resistência às injunções e ao poder.

3 UMA QUESTÃO DE DIFERENÇA E DE RESISTÊNCIA

Em se tratando da questão da resistência, na perspectiva de Foucault (2015), o poder apresenta aspectos negativos, mas também positivos. Ora, nessa linha de análise, ele propõe que “o poder, longe de impedir o saber, o produz” (FOUCAULT, 2015, p. 239). Mais adiante, em sua análise profícua sobre o poder, Foucault (2015) delinea o saber dominado como sendo aquele que é inferior e que está, de certa forma, abaixo do cânone.

Além disso, o que percebemos é que o saber dominado diverge do saber institucional e hegemônico. Acrescentamos enfim que um dos aspectos desse reconhecimento, e não o menos importante, é que esse saber constitui, hoje, o material essencial da crítica.

Ademais, a existência desse saber soterrado torna-se mais evidente quando analisamos a literatura produzida por sujeitos negros. Todavia, Foucault (2015) nos chama a atenção para os perigos de, ao serem desenterrados, esses saberes serem recodificados e “recolonizados pelo discurso unitário” (FOUCAULT, 2015, p. 270). Eduardo Assis Duarte (2011) inicia sua extensa obra sobre literatura e afrodescendência indagando: “Pode o negro falar? Expressar seu ser e existir em prosa ou verso? Publicar?” (DUARTE, 2011, p. 14). Logo em seguida, refutando o pensamento de Spivak, ele responde que “nem sempre” (DUARTE, 2011, p. 14). Todavia, mais adiante, Duarte (2011) elucida que, na literatura canônica, “encontramos o negro não só como raro tema da escrita do branco, mas como voz/vozes voltadas para a expressão do seu ser e existir. Mesmo quando fazem do branco o objeto de sua fala” (DUARTE, 2011, p.14).

Na produção literária afro-brasileira, Conceição Evaristo e Elisa Lucinda emprestam suas experiências, suas vivências e lutas ao sujeito lírico da sua criação. Sendo ativistas e feministas, o foco dessas autoras é o feminismo negro. Não há como não considerar, em suas obras, o lugar de fala, de escuta e de alteridade. Evidenciamos que essa marcação favorece a diferença de experiências entre o corpo da mulher branca e o corpo da mulher negra a partir da articulação do poder colonizador que oprime e transforma a identidade desse corpo em objeto. Aqui, o *locus* da enunciação não se refere à localização geopolítica, mas às relações hierárquicas, no que diz respeito à etnia e ao gênero, incididas no corpo feminino

negro. Para elucidarmos essa análise, devemos considerar que Conceição Evaristo e Elisa Lucinda criam estratégias de resistência a essa dominação, a partir desse *locus* epistêmico. Convém, porém, refletirmos antes sobre a contribuição e sobre a influência do feminismo negro, na produção literária, das referidas autoras.

É importante compreendermos que o feminismo negro surgiu em razão de demandas específicas, uma vez que o feminismo por si só não abarca em sua plenitude as necessidades e os interesses das mulheres negras que vão além das lutas individuais de classe, de gênero, do sexismo e da opressão.

Em entrevista a Djamila Ribeiro, em **Carta capital**, Conceição Evaristo pontua que “nossa fala estilhaça a máscara do silêncio. Penso nos feminismos negros como sendo esse estilhaçar, romper, desestabilizar, falar pelos orifícios da máscara” (EVARISTO, 2017, p. 19). Coadunando com essas mesmas ideias, Patricia Hill Collins afirma a importância do feminismo negro para a mulher: “ao devolverem a subjetividade às mulheres negras, as feministas negras lhes devolvem também o ativismo” (COLLINS, 2016, p. 114). Em vista disso, refutando o pensamento de Spivak (2010), em **Pode o subalterno falar?**, compreendemos que, ao demarcar seu lugar de fala e de escuta, o subalterno, mais do que ser representado e invisibilizado pela figura do intelectual, ao se tornar um sujeito empoderado e engendrado politicamente pode, sim, falar.

Em suma, as evidências apresentadas no presente artigo, ressaltam que o feminismo negro encontrou apoio significativo e, fortalecido por experiências e representações, possibilitou a visibilidade e o alcance da inserção dessas manifestações culturais no mercado literário nacional e internacional.

Diante do exposto, o que observamos é que a partir dessa escrita de si, das impressões que a vida confere ao sujeito autoral e da violência epistêmica, resta ao intelectual negro o compromisso com seus descendentes colocados à margem da teia social e, no âmbito da literatura, à margem canônica. Essa postura diante da vida e da escrita denota a urgência e a esperança, através dessa escrevivência, ou seja, dessa “escrita de um corpo, de uma condição, de uma experiência negra no Brasil” (EVARISTO, 2007, p. 20). Silvano Santiago (2019) revela grande preocupação com o escritor latino-americano. Falar demasiadamente da sua experiência de vida pode contribuir para que seu texto seja ignorado por seus

contemporâneos. Em outras palavras, “é preciso que aprenda primeiro a falar a língua da metrópole para melhor combatê-la em seguida” (SANTIAGO, 2019, p. 22).

Nesse contexto, não é surpresa que Conceição Evaristo manifeste a violência epistêmica, as pedras e as maneiras de conviver com elas, em seus poemas, como podemos verificar nos versos a seguir: “não haverá pedra / a nos entupir o caminho. [...] há de nos apurar a coragem. / Murros em ponta de faca (valem) / afiam os nossos desejos / neutralizando o corte da lâmina” (EVARISTO, 2017, p.119).

No que concerne à questão da diferença, a fenotípi e a suposta ideia da incapacidade do negro de produzir intelectualmente para a sociedade contribuem sistematicamente para a manutenção e a reprodução do racismo em suas mais variadas categorias: os racismos cultural, estrutural, institucional e recreativo. Numa análise mais profunda, o racismo se apresenta como um indicativo dos aspectos relevantes para a compreensão das correlações de poder na sociedade. Para comprovar isso, podemos nos apoiar em Conceição Evaristo (2018) quando critica veementemente essa realidade ao afirmar que “a literatura está nas mãos de homens brancos” (EVARISTO, 2018, não paginado). Evidentemente, ao estabelecermos uma aproximação entre Conceição Evaristo e Elisa Lucinda, percebemos que ela não está sozinha em sua indignação, pois Lucinda coaduna com o mesmo pensamento de Evaristo quando revela que até mesmo “nossa produção intelectual é branca” (LUCINDA, 2018, não paginado). Nessa perspectiva, a discussão de Hall (2018), responde a essa crítica quando elucida que “os espaços ‘conquistados’ para a diferença são poucos e dispersos, e cuidadosamente policiados e regulados. Acredito que sejam limitados” (HALL, 2018, p. 377, grifos do autor). Diante dessa observação, torna-se impossível não considerarmos, nesse momento, as relações de poder e de subalternidade que, ainda hoje, tentam estereotipar e regular o corpo feminino negro nas esferas sociais.

Notadamente, em nossa literatura afro-brasileira, a imagem do negro foi construída sobre a égide da ausência, do silêncio e da violência, comprometendo diretamente a representatividade e a subjetividade desse sujeito. Com essa compreensão, acreditamos que o ativismo seja inerente a essas escritoras que valorizam em suas obras esses corpos e essas vidas. No entanto, convém notar que é evidente a existência desse preconceito atrelado, ainda hoje, à recepção dessas

produções culturais. É importante não nos esquecermos de que, conforme assinala Regina Dalcastagnè (2014):

[...] o preconceito pode continuar sendo veiculado porque a sociedade se mantém preconceituosa, e ela se mantém preconceituosa porque vê seus preconceitos se 'confirmarem' todos os dias nas diferentes representações sociais (DALCASTAGNÈ, 2014, p. 324, grifo da autora).

Evidentemente, apesar da polêmica sobre a qualidade dessa produção literária, as enunciantoras afro-brasileiras tencionam através da palavra a superação da exclusão social que as aprisionam às funções marginais e as silenciam nesse embate entre a exclusão e a integração social.

Em se tratando da produção da literatura afro-brasileira, é a partir daí que identificamos as subjetividades negras, desconstruímos a imagem do negro como um bloco homogêneo, como apontou Edith Piza (2014), e percebemos rupturas nas estruturas discursivas dessas poetisas. A leitura das poesias de Elisa Lucinda e de Conceição Evaristo revela que o negro não é mais visto numa posição secundária, mas numa posição que centraliza sua figura. Com isso, esse fato acentua a mudança na temática que opera, muitas vezes através da memória afetiva, da dor coletiva ou de situações do cotidiano, propondo uma crítica contundente à violência e à vulnerabilidade do corpo feminino negro, bem como a abjeção e a reificação desse mesmo corpo, ao racismo, ao sexismo e às questões de gênero sem, contudo, privilegiar temáticas que expõem o negro à condição de inferioridade e de subalternidade. Por trás de uma postura subversiva, há uma constante preocupação ativista de não apagar a História, mas através da sua potencialidade, reescrever a resistência e a resiliência, mostrando que a literatura e a produção artística afro-brasileira também são formas de arte, cultura e não somente artesanato e folclore.

Retomando a possibilidade de abertura para a diferença na pós-modernidade, é oportuno destacarmos a observação da Regina Dalcastagnè sobre a presença de personagens negros na literatura: “talvez ajude leitores brancos a entenderem melhor o que é ser negro no Brasil – e o que significa ser branco em uma sociedade racista” (DALCASTAGNÈ, 2014, p. 334). Além disso, Regina Dalcastagnè (2014) defende a ideia de que a literatura é um espaço privilegiado para a manifestação da diferença. Isso se deve à “legitimidade social que ela ainda retém. Ao ingressarem

nela, os grupos subalternos também estão exigindo o reconhecimento do valor de sua experiência na sociedade” (DALCASTAGNÈ, 2014, p. 334). Parece, de fato, que, se por um lado, socialmente e culturalmente, é construída a imagem da mulher negra como o Outro, por outro lado, a resistência legítima o discurso dessas escritoras que é reconstruído e/ou reescrito tendo como base a emergência dessa desconstrução. Entre a zona do ser e do não ser, ademais, é importante salientarmos que, nas figurações e nas relações de alteridade, o sujeito lírico feminino negro contesta e reverte essa tensão provocada pelo *status* que o subordina à condição de Outro, na relação imbricada de alteridade.

4 CONCLUSÃO

As considerações apresentadas nesse artigo ressaltam que a produção literária de Conceição Evaristo e de Elisa Lucinda utiliza um discurso de autoridade que demarca com precisão o lugar de fala, contempla os interesses coletivos da mulher negra e amplia a potencialidade do corpo-escrita, em suas poesias, resignificando-o, recodificando-o e engendrando-o crítica e politicamente.

Reconhecidamente, o negro, na cultura afro-brasileira e híbrida, está em processo de construção, de libertação e de desconstrução de estigmas que o desvalorizam ao torná-lo uma figura supostamente degradada. Não nos surpreende que tal sujeito tenda a encarar esse momento valendo-se da resistência, pois, se antes as máscaras amordaçavam e silenciavam os corpos negros reificados e considerados abjetos, suas vozes potentes evocam a liberdade e a esperança através da palavra escrita, reescrita e insurgente.

REFERÊNCIAS

BERNARDINO, Joaze. Ação afirmativa e a rediscussão do mito da democracia racial no Brasil. **Estudos afro-asiáticos**. Rio de Janeiro, v. 24, n. 2, 2002.

BHABHA, Homi. O entrelugar das culturas. *In*: COUTINHO, Eduardo F. **O bazar global e o clube dos cavaleiros ingleses**: textos seletos. Tradução Teresa Dias Carneiro. Rio de Janeiro: Rocco, 2011.

BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Tradução Myriam Ávila, Eliana Lima Reis, Gláucia Gonçalves. Belo Horizonte: UFMG, 2014.

CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não ser como fundamento do ser**. Tese. Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo, 2005.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo negro, 2011.

CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva (orgs.). **Psicologia social do racismo**: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

CEVASCO, Maria Elisa. **Dez lições sobre estudos culturais**. São Paulo: Boitempo, 2008.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Sociedade e estado**, [S.l.], v. 31, n. 1, p. 99-127, dez. 2016.

DALCASTAGNÈ, Regina. A personagem negra na literatura brasileira. *In*: DUARTE, Eduardo Assis (org.). **Literatura e afrodescendência no Brasil**: antologia crítica. Belo Horizonte: UFMG, 2014, v.4, p. 309-338.

DEMETRIO, E. Da Diáspora: a formação dos estudos culturais e o deslocamento da questão cultural. **Cadernos imbondeiro**, João Pessoa, v. 1, n. 1, p. 1-6, 2010. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/index.php/ci/article/view/13520/7679>. Acesso em: 2 ago. 2019.

DUARTE, Eduardo de Assis (org.). **Literatura e afrodescendência no Brasil**: antologia crítica. Belo Horizonte: UFMG, 2011, v. 1.

EVARISTO, Conceição. Da grafia-desenho de minha mãe, um dos lugares de nascimento de minha escrita. *In*: ALEXANDRE, Marcos Antônio. (org.). **Representações performáticas brasileiras**: teorias, práticas e suas interfaces. Belo Horizonte: Mazza, 2007, p. 16-21.

EVARISTO, Conceição. **Poemas da recordação e outros movimentos**. Rio de Janeiro: Malê, 2017.

EVARISTO, Conceição. A literatura está nas mãos de homens brancos. **Correio Braziliense**, 15 jul. 2018. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/diversao-e-arte/2018/07/15/interna_diversao_arte,694873/entrevista-conceicao-evaristo.shtml. Acesso em: 02 ago. 2019.

EVARISTO, Conceição. É preciso questionar as regras que me fizeram ser reconhecida apenas aos 71 anos, diz escritora. **BBC Brasil**, 09 mar. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-43324948>. Acesso: 09 abr. 2018.

EVARISTO, Conceição. Conceição Evaristo: nossa fala estilhaça a máscara do silêncio. **Carta capital**, 13 maio 2017. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/conceicao-evaristo-201cnossa-fala-estilhaca-a-mascara-do-silencio201d>. Acesso em: 01 de jun. 2019.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France, 1975-1976. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. Rio de Janeiro: Record, 1996.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. 1997. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71361/40514>. Acesso em: 05 ago. 2019.

HALL, Stuart. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: UFMG, 2018.

HOLANDA, Heloisa Buarque de (org.). Os estudos de gênero e a mágica da globalização. *In*: MOREIRA, Nadilza Martins de Barros; SCHNEIDER, Liane (org.). **Mulheres no mundo**: etnia, marginalidade e diáspora. Joao Pessoa: UFPB, 2005.

HOOKS, Bell. **Black looks**: race and representation. Boston: South End Press, 1992.

KILOMBA, Grada. O racismo está sempre se adaptando ao contemporâneo. **Revista Cult**, 7 abr. 2016. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/grada-kilomba/>. Acesso em: 10 jun. 2018.

LUCINDA, Elisa. **O semelhante**. São Paulo: Massao Ohno, 1994.

LUCINDA, Elisa. Nossa produção intelectual é branca. **Uai**, Belo Horizonte, 04 abr. 2018. Disponível em: <https://www.uai.com.br/app/noticia/artes-e-livros/2018/04/04/noticias-artes-e-livros,224921/nossa-producao-intelectual-e-branca-diz-a-atriz-elisa-lucinda.shtml>. Acesso em: 05 jun. 2019.

PIZA, Edith. Porta de vidro: entrada para a branquitude. *In*: CARONE, Iray e BENTO, Maria Aparecida Silva (orgs.). **Psicologia social do racismo**: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Rio de Janeiro: Vozes, 2014, p. 59-90.

SANTIAGO, Silvano. **Uma literatura nos trópicos**. Recife: Cepe, 2019.

SANTOS, Boaventura Souza dos. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 1995.

SPIVAK, Gayatri C. **Pode o subalterno falar?** Tradução Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: UFMG, 2018.

TORRES, Sonia. Desestabilizando o Discurso competente: o discurso hegemônico e as culturas híbridas. **Gragoatá**, Niterói, v. 1, n. 1, p. 179-189, dez. 1996.

WILLIAMS, Raymond. **Recursos da esperança**: cultura, democracia, socialismo. Tradução Nair Fonseca, Joao Alexandre Peschanski. São Paulo: Unesp, 2015.